

## ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)

## Edital 3/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180380-ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)	CAETH VICTORIA DOS SANTOS	27/05/2026 09:44 (v 0.4)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI Nº 057.00239529/2026-95

## 1. Do objeto

## CORPO DE BOMBEIROS - 17º GB

## PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90001/2026

(Processo Administrativo nº 057.00239529/2026-95)

Torna-se público que o **17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS** - SP, por meio da **UASG 180380**, sediada na Rua Olegário Paiva n.º 33, Shangai, Mogi das Cruzes - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de equipamentos de condicionamento físico e musculação de padrão estritamente profissional (alto tráfego / Heavy Duty)**, compreendendo: **Bicicleta de Spinning, Esteira Ergométrica e Cadeira Extensora**, visando atender às **necessidades contínuas do 17º Grupamento de Bombeiros, em conformidade com o Plano de Contratações Anual, conforme descrição detalhada no Termo de Referência**, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme definido no **Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. Do registro de preços

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

### 3. Da participação na licitação

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.** Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

**3.6.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.6.1. Para os itens 1, 2 e 3, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**3.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.7.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.8.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.9.** O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** No que concerne aos itens 3.7.2 e 3.7.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.13.** Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**4.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.**

**4.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.4.

**4.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.**

**4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.**

**4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.**

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. Do preenchimento da proposta**

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

**5.1.1. Valor total do Item;**

**5.1.2. Marca e Modelo;**

**5.1.3. Fabricante;**

**5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.**

**5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**5.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**5.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor anual unitário do item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais) por unidade, para o ITEM 01; R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por unidade, para o ITEM 02; R\$ 110,00 (cento e dez reais) por unidade, para o ITEM 03.**

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2.** Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3.** No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.5.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

**6.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

**6.19.2.2.** empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



**6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido**, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**6.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. Da fase de julgamento**

### **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**7.1.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

**7.1.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

**7.2.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendida as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado **em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício**, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

**7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**7.7.1.**contiver vícios insanáveis;

**7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;**

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**7.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.**que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.10.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**7.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

### 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

**8.1.2.** Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.1.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.7.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

**8.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.8.1.** A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor .**

**8.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

**8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista**, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima **deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, **a critério da Administração**.

**8.16.** A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste.

## **9. Da ata de registro de preços**

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. Dos recursos**

### **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso terá o efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante deste Edital.

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete **infração administrativa**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

- i. Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.2.1.** A aplicação da sanção de multa a que se refere a alínea “b” do subitem **12.2**, fundamentada no inciso II do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública pela Resolução SSP-05/2026, obedecerá estritamente às métricas e parâmetros complementares estabelecidos no Despacho Normativo N° CCB-051/412/25 da Unidade Orçamentária Corpo de Bombeiros (UOCB), cujas regras encontram-se transcritas a seguir:

**12.2.1.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da avença.

**12.2.1.2.** A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.

**12.2.1.3.** A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa, na seguinte conformidade:

**12.2.1.3.1.** 25% (vinte e cinco por cento) calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou dos serviços não executados, diante da verificação circunstanciada do valor específico de mão-de-obra acordada na proposta ou do valor constante de cronograma físico-financeiro do trabalho que efetivamente deixou de ser executado;

**12.2.1.3.2.** 25% (vinte e cinco por cento) calculada sobre o valor do bem ou serviço, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar falhas ou defeitos, durante o período de garantia contratual.

**12.2.1.4.** O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e serviços com prazos determinados, ensejarão a aplicação das seguintes multas que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

**12.2.1.4.1.** Atraso de até 20 dias = 0,5% por dia de atraso;

**12.2.1.4.2.** Atraso de 21 até 40 dias = 0,6% por dia de atraso de todo o período.

**12.2.1.4.3.** O atraso superior a 40 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

**12.2.1.4.4.** Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

**12.2.1.4.5.** Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

**12.2.1.5.** O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento), que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

**12.2.1.6.** As multas serão aplicadas na seguinte conformidade:

**12.2.1.6.1.** Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato: 30% do valor total do ajuste diante de casos em que se verifique a necessidade de nova licitação e/ou contratação, bem como, que obrigue o chamamento das demais empresas classificadas nos respectivos processos de aquisição e/ou contratação;

**12.2.1.6.2.** Inexecução total: Multa compensatória de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total atualizado do contrato.

**12.2.1.6.3.** Inexecução parcial: Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) calculada estritamente sobre o valor financeiro correspondente à parcela das obrigações não cumpridas (materiais não entregues ou serviços não executados).

**12.2.1.6.4.** Atraso de até 20 dias: Multa moratória calculada pela multiplicação de 0,5% (meio por cento) pelo número de dias de atraso, incidindo o percentual resultante sobre o valor da parcela em atraso (obrigações não cumpridas). (Fórmula: 0,5% multiplicados pelos dias de atraso = Percentual Total. Percentual Total aplicado sobre o valor não cumprido = Valor da Multa).

**12.2.1.6.5.** Atraso de 21 a 40 dias: Multa moratória calculada pela multiplicação de 0,6% (seis décimos por cento) pelo número de dias de atraso (considerando todo o período), incidindo o percentual resultante sobre o valor da parcela em atraso (obrigações não cumpridas). (Fórmula: 0,6% multiplicados pelos dias de atraso = Percentual Total. Percentual Total aplicado sobre o valor não cumprido = Valor da Multa).

**12.2.1.6.6.** Descumprimento em serviços contínuos (critérios e condições previstas no contrato): Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, correspondente ao mês em que ocorreu a infração.

**12.2.1.7.** Nos casos de inexecução parcial, diante da inexistência de instrumento que viabilize valoração específica de determinada obrigação contratual não cumprida, aplicar-se-á multa de 5% sobre o valor da avença desde que:

**12.2.1.7.1.** O atraso para a execução ou entrega não seja superior a 40 dias;

**12.2.1.7.2.** Ausente condição legal que impeça o prosseguimento da licitação/contratação.

**12.2.1.8.** Nos casos do parágrafo anterior, o Ordenador de Despesa deverá apostilar tal circunstância no próprio processo levando-se adiante o procedimento de aplicação da multa e também o próprio contrato, mesmo que de modo postergado desde que presente o interesse público no objeto, justificando-o.

**12.2.1.9.** Quando da operação matemática baseada nos atrasos (até 20 dias ou de 21 a 40 dias) resultar valor menor que 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, dever-se-á aplicar o índice deste parágrafo sobre o valor total do ajuste para se estabelecer o montante total da multa.

**12.2.1.10.** Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis contados a partir do 1º dia útil subsequente ao recebimento da intimação.

**12.2.1.10.1.** Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

**12.2.1.10.2.** No caso de aplicação da multa, essa deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**12.2.1.11.** O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual.

**12.2.1.11.1.** No caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido ao Fundo de Incentivo à Segurança Pública (FISP), CNPJ 04.491.231/0001-04, com domicílio bancário no Banco do Brasil, agência 1897-X, conta corrente 139256-5, por meio de depósito identificado, no prazo de até 5 dias corridos contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

**12.2.1.11.2.** O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante o Corpo de Bombeiros, dentro do prazo de 5 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sob pena de lançamento do cadastro da empresa infratora e a sua multa no controle da Dívida Ativa do Estado, nos termos da legislação em vigor.

**12.2.1.12.** A multa não impede a extinção unilateral do contrato por parte da Administração, tampouco a aplicação das outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**12.2.1.12.1.** A autoridade competente para aplicação da sanção de multa, após o julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, providenciará a sua imediata divulgação nos sítios eletrônicos de controle da Administração, exceção ao procedimento de inserção da infratora no sistema da Dívida Ativa do Estado, que correrá por meio do Departamento de Finanças e Patrimônio do Corpo de Bombeiros.

**12.2.1.13.** As disposições destas regras de multas aplicam-se, também, às obras, serviços ou compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**12.2.1.14.** Da aplicação destas multas caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme o disposto no artigo 166 da Lei nº 14.133/2021 e terá efeito suspensivo relativo ao ato ou à decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de



2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**12.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021

## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

### **13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* correio eletrônico no endereço eletrônico: **17gbuge@policiamilitar.sp.gov.br**.

**13.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no diário oficial do estado de São Paulo e Portal Nacional de compras**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**13.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**13.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. Das disposições gerais**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**14.2.** A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

**14.2.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho e assinatura do Termo de Contrato.

**14.2.1.1.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**14.2.1.2.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**14.2.1.3.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

**14.2.1.4.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

**14.2.1.5.** Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

**14.2.1.5.1.** a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

**14.2.1.5.2.** a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

**14.2.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.2.1.** O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

**14.2.2.2.** O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

**14.2.2.3.** Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

**14.3.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.5.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.8.** Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

**14.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**14.11.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**14.11.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.12.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**14.13.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico [www.corpodebombeiros.sp.gov.br](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br)**.

**14.14.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Mogi das Cruzes, SP.

**14.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**14.15.1. ANEXO I** - Termo de Referência;

**14.15.1.1. ANEXO I.1** - Estudo Técnico Preliminar;

**14.15.2. ANEXO II** – Minuta do Termo de Contrato;

**14.15.3. ANEXO III** – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

**14.15.4. ANEXO IV** – Modelos referente a planilha de proposta;

**14.15.5. ANEXO V** – Modelo(s) de Declaração(ões);

**14.15.6. ANEXO VI** – Planilha Orçamentária.

Mogi das Cruzes, 25 de maio de 2026

---

**RODRIGO OTÁVIO BARELLI**

**DIRIGENTE DA UASG 180380 - 17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS**

## **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAETH VICTORIA DOS SANTOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 09:44:01.

**RODRIGO OTAVIO BARELLI**

Autoridade competente

## ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)

## Termo de Referência 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	180380-ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)	EDUARDO FEITAL DE CARLO	25/05/2026 10:18 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00239529/2026-95

## 1. Definição do objeto

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** O presente documento tem por objeto a aquisição de equipamentos de condicionamento físico e musculação de padrão estritamente **profissional (alto tráfego / Heavy Duty)**, compreendendo: Bicicleta de *Spinning*, Esteira Ergométrica e Cadeira Extensora, visando atender às necessidades contínuas do 17º Grupamento de Bombeiros.

**1.2.** Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser rigorosamente novos, de primeiro uso, de fabricação recente e pertencer à linha de produção atual do fabricante. Devem ser fabricados com materiais de alta resistência e projetados especificamente para suportar rotinas de uso contínuo, coletivo e ininterrupto em ambiente institucional.

**1.3.** Sob pena de desclassificação da proposta ou recusa no ato do recebimento, é **expressamente vedado** o fornecimento de:

**a)** Equipamentos usados, reformados, recondicionados (mesmo que com garantia de fábrica) ou que sejam montados com peças de mostruário;

**b)** Equipamentos classificados em catálogos ou manuais oficiais do fabricante como sendo de uso exclusivamente residencial, doméstico ou semi-profissional (*Light Commercial*), dada a incompatibilidade de durabilidade estrutural e mecânica com o interesse público envolvido nesta contratação.

**1.4.** Os bens ofertados deverão observar rigorosamente as exigências de segurança, ergonomia e as descrições técnicas mínimas detalhadas nos subitens a seguir:

## 1.4.1. Item 01 - ESTEIRA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL

## Especificações Mínimas Exigidas:

- **Classificação do Equipamento:** Nível estritamente profissional / Alto tráfego (Heavy Duty).
- **Motorização:** Motor de Corrente Alternada (AC) com potência mínima contínua de 3.0 HP (ou potência de pico mínima de 7.0 HP AC), desenvolvido para uso contínuo sem limite de horas diárias.

- **Voltagem:** 01 Unidade 220v e 01 Unidade 110v.
- **Capacidade de Carga:** Suporte para usuários com peso corporal de, no mínimo, 180 kg.
- **Velocidade:** Mínima de 0,8 km/h e máxima de, no mínimo, 20 km/h.
- **Inclinação:** Sistema de inclinação eletrônica com variação mínima de 0% a 15%.
- **Dimensões da Área de Corrida (Lona):** Espaço útil de passada com comprimento mínimo de 150 cm e largura mínima de 55 cm (para garantir segurança a usuários de grande estatura).
- **Deck e Manta:** Manta com espessura mínima de 2,0 mm (composição de dupla camada) e Deck reversível com espessura mínima de 25 mm.
- **Sistema de Amortecimento:** Deverá possuir sistema de absorção de impacto com, no mínimo, 08 (oito) pontos de amortecimento distribuídos sob o deck, projetados para reduzir o estresse articular e garantir a estabilidade do equipamento durante o uso.
- **Painel e Monitoramento:** Painel digital (LED, LCD ou TFT) multifuncional com indicação de: tempo, velocidade, distância, inclinação, calorias e batimentos cardíacos, Console profissional com display de alta visibilidade (LED de matriz de pontos ou TFT colorido), com visualização simultânea de perfil de treino, tempo, velocidade, distância, inclinação, calorias, ritmo e batimentos cardíacos. Deve obrigatoriamente possuir:
  - **Conectividade:** Sensores metálicos (Hand Grip) integrados aos apoios frontais ou laterais para leitura imediata da frequência cardíaca, Sistema Bluetooth para pareamento com dispositivos móveis e aplicativos de treino padrão de mercado e telemetria para monitoramento cardíaco sem fio.
  - **Programação:** Mínimo de 10 programas, incluindo Teste de Condicionamento Físico (Fitness Test) e treinos por zona de frequência cardíaca.
  - **Interface:** Teclas de atalho para mudança rápida de velocidade e inclinação, e porta USB para carregamento de dispositivos.
  - **Tecnologia e Conectividade:** Sistema de monitoramento cardíaco por contato (Hand Grip) e compatibilidade com telemetria. Deve possuir conectividade Bluetooth para pareamento com dispositivos móveis e aplicativos de treino padrão de mercado.
- **Estrutura Física e Peso:** Estrutura em aço carbono de alta resistência com pintura eletrostática ou tratamento anticorrosivo. O peso do equipamento montado deve ser de, no mínimo, 160 kg (para garantir a estabilidade do equipamento em altas velocidades).
- **Segurança:** Chave de segurança (corte de emergência) e corrimãos laterais alongados.
- **Garantia de Fabricação:** O licitante vencedor deverá fornecer garantia **expedida diretamente pelo fabricante** do equipamento, comprovada por meio de certificado ou termo de garantia oficial que acompanhe o produto.
  - **Prazos Mínimos:**
    - **Estrutura e Motor:** Mínimo de **05 (cinco) anos** contra defeitos de fabricação, oxidação ou fadiga estrutural.
    - **Demais Componentes:** Mínimo de **12 (doze) meses** para componentes eletrônicos, placas, painel, correias e sistemas de inclinação.
    - **Rede de Assistência:** O licitante deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da entrega do bem, a existência de postos de assistência técnica autorizada pelo fabricante em um raio máximo de **100 km** da sede da contratante.

- **Prazo de Atendimento:** Em caso de defeito, a assistência técnica deverá realizar o primeiro atendimento (visita técnica) em até **72 horas** após o chamado, visando garantir a disponibilidade dos aparelhos para os usuários.

#### 1.4.2. Item 02 - CADEIRA EXTENSORA E FLEXORA CONJUGADA PROFISSIONAL (MÁQUINA DUAL)

##### Especificações Mínimas Exigidas:

- **Classificação do Equipamento:** Nível estritamente profissional (*Heavy Duty*), projetado para uso contínuo e coletivo em academias e centros de treinamento de alto rendimento.
- **Biomecânica e Funcionalidade:** Máquina de dupla função (Conjugada/Dual) que permita a execução dos exercícios de Extensão de Joelhos (quadríceps) e Flexão de Joelhos (isquiotibiais) no mesmo equipamento, mantendo a precisão biomecânica em ambos os movimentos.
- **Bateria de Pesos (Torre):** Coluna de pesos com carga total de, **no mínimo, 100 kg** (podendo chegar a 130 kg), composta por placas usinadas com marcação indicativa de peso. Deve possuir pino seletor magnético ou com cabo de segurança para evitar perdas.
- **Estrutura Física e Estabilidade:** Chassi confeccionado em tubos de aço carbono de alta resistência (calibre pesado, com espessura de parede mínima de 3 mm). Para garantir estabilidade total sem necessidade de aparafusamento no chão, o **peso mínimo do equipamento montado deverá ser de 220 kg**.
- **Tratamento e Acabamento:** Tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó de alta durabilidade, resistente a suor e atrito.
- **Sistema de Transmissão:** Tracionamento por cabos de aço de alta resistência (revestidos em nylon) ou correia de kevlar. Polias/roldanas injetadas ou em alumínio, equipadas com rolamentos blindados para movimento suave e silencioso.
- **Ajustes e Ergonomia:** \* Sistema mecânico de transição rápida e segura (pino de engate rápido) para alternar entre os modos de extensão e flexão.
  - Encosto de costas com regulagem de profundidade (múltiplas posições) para acomodar usuários de diferentes estaturas.
  - Ajuste de ângulo e altura do rolete de apoio das pernas/tornozelos.
- **Estofamento:** Espuma injetada de alta densidade técnica, indeformável, com revestimento em couro sintético náutico (ou material similar) resistente à umidade, com costuras duplas e reforçadas.
- **Segurança:** Carenagem de proteção da torre de pesos (frontal e traseira, ou apenas traseira dependendo do projeto de fábrica) para evitar acidentes com o esmagamento de dedos durante a movimentação das placas.

##### DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Específica para Musculação):

- **Garantia de Fabricante:** O licitante deverá comprovar garantia expedida diretamente pelo fabricante do equipamento de, no mínimo:
  - **03 (três) anos** contra defeitos de fabricação, fadiga estrutural e quebra do chassi/soldas.
  - **12 (doze) meses** para peças de desgaste natural (estofamentos, cabos de aço, roldanas e rolamentos).
- **Rede de Assistência:** Comprovação de rede autorizada pelo fabricante em um raio de até **100 km** de Mogi das Cruzes/SP, com prazo de atendimento *in loco* (visita técnica) de até 72 horas úteis após a abertura do chamado.



### 1.4.3. Item 3 – BICICLETA ERGOMÉTRICA DE CICLISMO INDOOR (SPINNING) PROFISSIONAL

Equipamento de padrão estritamente profissional (*Heavy Duty*), projetado para uso contínuo, severo e de alta intensidade, devendo atender obrigatoriamente aos seguintes parâmetros construtivos:

- **Sistema de Resistência (Carga):** Regulagem de intensidade progressiva por **SISTEMA MAGNÉTICO** (ímãs de neodímio ou equivalentes), com progressão contínua. *Nota restritiva: Fica expressamente vedada a aceitação de sistemas de resistência por fricção mecânica (sapatas de feltro, couro ou borracha), visando mitigar custos com manutenção corretiva.*
- **Sistema de Transmissão:** Exclusivamente por **CORREIA** de alta resistência, garantindo operação suave e silenciosa (livre de lubrificação constante). Vedada a transmissão por corrente.
- **Mecanismo de Inércia:** Roda de inércia (volante) com peso mínimo de **15 kg** (quinze quilogramas), garantindo fluidez e estabilidade na pedalada em altas cargas.
- **Capacidade de Carga e Robustez:** Chassi superdimensionado confeccionado em aço carbono de alta espessura. O equipamento deve suportar peso máximo de usuário de, no mínimo, **150 kg**.
- **Peso do Equipamento:** O peso total líquido do equipamento montado deve ser de, no mínimo, **48 kg**, garantindo estabilidade absoluta contra tombamento durante sprints, elevação de carga e pedaladas em pé.
- **Material dos Canotes de Regulagem (Proteção Anticorrosão):** As hastes/canotes de regulagem (vertical e horizontal) do assento e do guidão deverão ser confeccionados, obrigatoriamente, em **ALUMÍNIO MACIÇO ou AÇO INOXIDÁVEL**. *Nota restritiva: É terminantemente vedada a aceitação de canotes em aço carbono (sejam eles cromados, zincados ou pintados), devido à alta incidência de oxidação precoce provocada pelo suor nos pontos de ajuste.*
- **Ergonomia e Ajustes:**
  - Assento (selim) anatômico de alta densidade com microajuste milimétrico (vertical e horizontal).
  - Guidão texturizado/emborrachado, resistente ao suor, com design multi-pegada e microajuste milimétrico (vertical e horizontal).
- **Pedais (Dual):** Padrão comercial com eixo reforçado, equipados obrigatoriamente com sistema duplo: **correia firma-pé (gaiola protetora)** para fixação de calçado esportivo comum e sistema de **encaixe (clip)** compatível com sapatilhas de ciclismo.
- **Frenagem de Emergência:** Alavanca, botão ou manípulo de acesso rápido para travamento total e imediato da roda mecânica.
- **Painel/Console Eletrônico:** Monitor digital (LCD) com exibição de métricas essenciais de treino (Tempo, Velocidade, Distância, RPM e Calorias), alimentado por pilhas ou bateria. Preferencialmente com conectividade Bluetooth.
- **Mobilidade:** Deve possuir rodas de transporte integradas na base frontal para facilitar a movimentação no recinto.
- **Garantia:** Conforme definido no item 4.2.1 deste Termo de Referência (Mínimo de 3 anos para o chassi estrutural e 12 meses para peças de desgaste).

Item	Especificação	CATMAT	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	<b>Esteira Ergométrica Profissional</b> - Motor AC (3.0 HP cont. / 7.0 HP pico); Vel. máx. 20 km/h; Inclín. 15%; Cap. 180 kg; 8 Amortecedores; Painei Bluetooth/Telemetria; Garantia 5 anos (motor/chassi).	615400	2	R\$ 31.439,86	R\$ 62.879,72
2	<b>Máquina Extensora e Flexora Conjugada</b> - Uso profissional (Heavy Duty); Torre de pesos mín. 100 kg; Peso montado mín. 220 kg; Cabos/correas de alta resistência; Garantia 3 anos (chassi).	250339	2	R\$ 14.889,00	R\$ 29.778,00
3	<b>Bicicleta Spinning Profissional</b> - Transmissão por correia; Roda de Inércia mín. 15 kg; Cap. 150 kg; Hastes de ajuste em alumínio /inox; Garantia 3 anos (chassi).	273348	5	R\$ 10.770,45	R\$ 53.852,25

**1.5.** Em caso de eventual diligência entre a descrição do item do catálogo do sistema 1.4. Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de referência.

**1.6.** Este Ter de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.7.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de recebimento da nota de empenho pelo contratado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.7.1.** O prazo de entrega é de **60 (sessenta) dias a contar do recebimento da nota de empenho e assinatura do contrato.**

**1.8.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.9.** Caso haja divergência entre a especificação dos itens no <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e a contida no Termo de Referência, PREVALECERÁ o contido no Termo de Referência.

### Subcontratação

**1.10.** O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

### Disposições Gerais para Formalização (Nota de Empenho).

**1.11.** A formalização da contratação ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho, cabendo ao fornecedor, no prazo de , contados a partir da data de sua convocação, comparecer perante a 05 (cinco) dias Unidade Contratante para a retirada da Nota de Empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

**1.11.1.** A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

**1.11.1.1.** de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**1.11.1.2.** de que está vinculado às previsões contidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e demais documentos que componham a presente contratação, à sua proposta, e eventuais anexos dos

documentos  
supracitados;

**1.11.1.3.** de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

**1.11.1.4.** de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

**1.11.1.5.** dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

**1.11.1.6.** de que a disciplina das infrações e sanções administrativas é a prevista nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se ainda, em relação à sanção de multa, os parâmetros definidos no item referente a sanções administrativas deste Termo de Referência, que constitui parte integrante deste instrumento;

**1.11.1.7.** de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Termo de Referência deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

**1.11.1.8.** de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024 e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**1.11.1.9.** da eleição do Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem desta contratação, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

## 2. Fundamentação da contratação

**2.1. Contextualização da Necessidade Pública:** A presente contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos de condicionamento físico para o aparelhamento das instalações desta Organização (17º Grupamento de Bombeiros). A atividade-fim exige de seu efetivo um alto e constante padrão de aptidão física, indispensável para a execução de operações de salvamento, combate a incêndios e resgate. A manutenção de salas de musculação e ergometria devidamente equipadas nos próprios aquartelamentos fomenta a saúde ocupacional, previne lesões em serviço e garante a prontidão operacional da tropa para o Teste de Aptidão Física (TAF) e para o atendimento à sociedade.

**2.2. Justificativa das Especificações Técnicas Adotadas:** A opção por equipamentos de linha estritamente profissional baseia-se no princípio da eficiência e da economicidade. Equipamentos de uso residencial ou semiprofissional não suportam a alta rotatividade e o uso intenso (muitas vezes ininterrupto) inerente a um quartel, resultando em quebras frequentes e ônus com manutenção corretiva. Dessa forma, as especificações foram balizadas pelas seguintes necessidades operacionais e técnicas:

- **2.2.1. Esteira Ergométrica Profissional (Motor AC, Suporte para 180 kg):** O uso de Motor de Corrente Alternada (AC) com potência mínima contínua de 3.0 HP (ou pico de 7.0 HP) é imperativo para suportar horas de uso sequencial sem superaquecimento. A capacidade estrutural para até 180 kg e o sistema de amortecimento (mínimo de 8 pontos) são essenciais para absorver o impacto de militares de diferentes biótipos, muitas vezes correndo com sobrecarga, preservando a saúde articular durante treinamentos cardiovasculares de alta intensidade.
- **2.2.2. Máquina Extensora e Flexora Conjugada (Linha Heavy Duty):** O fortalecimento dos membros inferiores é crucial para a mobilidade com equipamentos pesados e elevação de vítimas. A exigência de um

equipamento de dupla função (conjugado) otimiza o espaço físico dos polos, enquanto a linha de alta resistência (*Heavy Duty*), com torre de pesos de no mínimo 100 kg, atende desde o militar em reabilitação física até o de alto rendimento. A robustez do peso próprio do aparelho (mín. 220 kg) garante a segurança e estabilidade biomecânica do usuário durante a execução do movimento, eliminando o risco de tombamento da máquina.

- **2.2.3. Bicicleta de Ciclismo Indoor / Spinning (Roda de inércia 18 kg, Transmissão por correia):** Atua como alternativa de baixo impacto ao treinamento de corrida. A exigência de transmissão por correia visa reduzir drasticamente a necessidade de manutenção (lubrificação) e a emissão de ruídos no ambiente. A roda de inércia pesada (mín. 18 kg) proporciona uma pedalada fluida em altas cargas, enquanto as hastes de ajuste em alumínio ou aço inox são essenciais para evitar a oxidação acelerada e a perda prematura do bem devido ao contato constante com o suor dos diversos usuários.

**2.3. Conclusão da Fundamentação:** Deste modo, as especificações exigidas e as garantias estendidas (3 a 5 anos) visam resguardar o erário, assegurando a aquisição de bens duráveis, adequados à intensidade do uso institucional e que não se tornarão inservíveis a curto prazo, cumprindo integralmente os preceitos do art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133 /2021 quanto à qualidade, padronização e otimização do ciclo de vida do objeto.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

**3.1.** *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

### 4. Requisitos da contratação

#### 4.1. Requisitos de Qualidade e Conformidade Técnica

**4.1.1.** Os equipamentos deverão ser obrigatoriamente de primeiro uso (novos, zero quilômetro), de linha estritamente profissional (*Heavy Duty*), não sendo aceitos, sob nenhuma hipótese, equipamentos reconicionados, recauchutados, de mostruário, saldos de estoque ou que tenham sido descontinuados pelo fabricante.

**4.1.2.** No ato da entrega, a Contratada deverá fornecer, obrigatoriamente, os manuais de instrução, operação e manutenção de todos os equipamentos, redigidos em língua portuguesa, bem como o termo de garantia oficial emitido diretamente pelo fabricante e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

**4.1.3.** A esteira ergométrica deverá atender aos padrões de segurança elétrica aplicáveis, possuindo plugues e tomadas em estrita conformidade com o padrão brasileiro vigente (ABNT NBR 14136). As partes móveis de todos os equipamentos (polias, carenagens, correias, cabos de aço) devem possuir as devidas proteções mecânicas integradas de fábrica para mitigar integralmente o risco de acidentes durante o uso coletivo.

#### 4.2. Garantia e Assistência Técnica

**4.2.1.** O prazo de garantia contra defeitos de fabricação, fadiga estrutural ou oxidação precoce, contados a partir do Recebimento Definitivo do objeto, deverá obedecer aos seguintes prazos mínimos estabelecidos neste Termo, emitidos pelo fabricante:

- **a) Esteira Ergométrica:** Mínimo de **5 (cinco) anos** para o motor e chassi estrutural, e 12 (doze) meses para as demais peças, componentes eletrônicos e lona.

- **b) Cadeira Extensora/Flexora Conjugada e Bicicleta Spinning:** Mínimo de **3 (três) anos** para o chassi estrutural (soldas e integridade do aço), e 12 (doze) meses para peças de desgaste natural (estofados, cabos de aço, correias, roldanas e rolamentos).

**4.2.2.** A licitante vencedora deverá comprovar, formalmente, a existência de postos de rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante localizados dentro de um raio máximo de **100 km da sede da contratante (Mogi das Cruzes/SP)**, garantindo a capilaridade e a tempestividade do suporte.

**4.2.3.** Durante o período de garantia, em caso de vício ou defeito apresentado, a Contratada ou sua assistência técnica autorizada deverá realizar o primeiro atendimento *in loco* (visita técnica para diagnóstico e reparo) no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas úteis** após a notificação oficial, arcando integralmente com todas as despesas de peças originais, insumos, mão de obra, frete e deslocamento, sem qualquer ônus para a Administração.

#### **4.3. Requisitos de Sustentabilidade (Art. 11, IV da Lei nº 14.133/2021)**

**4.3.1.** A Contratada deverá observar e responsabilizar-se pelo descarte adequado e ambientalmente correto de todas as embalagens (caixas de papelão, plásticos bolha, isopor, fitas de arquear e paletes de madeira) e resíduos gerados durante o processo de logística, entrega e montagem, em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**4.3.2.** A esteira ergométrica (equipamento motorizado) deverá possuir motorização com tecnologia de Corrente Alternada (AC) acoplada a inversores de frequência, assegurando um alto índice de eficiência energética e mitigando o consumo excessivo de energia elétrica nas instalações da Organização.

**4.3.3.** Preferencialmente, os materiais utilizados para a proteção e embalagem dos equipamentos deverão ser recicláveis, biodegradáveis ou provenientes de cadeias de logística reversa do fabricante.

#### **4.4. Condições de Entrega, Montagem e Recebimento**

**4.4.1.** O objeto desta licitação deverá ser entregue em sua totalidade (parcela única), no prazo máximo de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho e respectiva assinatura do instrumento contratual.

**4.4.2.** A entrega e a distribuição dos equipamentos ocorrerão em dias úteis, no horário das 08:00h às 17:00h, devendo respeitar rigorosamente a seguinte divisão geográfica e logística:

- **a) Estação de Bombeiros de Itaquaquecetuba/SP:** Entrega de 01 (uma) Esteira Ergométrica e 01 (uma) Cadeira Conjugada na Rua Ali Hamoud, 162 – Jardim Alpes de Itaquá, CEP 08588-630;
- **b) Estação de Bombeiros de Ferraz de Vasconcelos/SP:** Entrega de 01 (uma) Esteira Ergométrica e 01 (uma) Cadeira Conjugada na Av. Herman Teles Ribeiro, 93 – Vila Romanópolis, CEP 08529-100;
- **c) Polo Mogi das Cruzes/SP (Sede do 17º GB):** Entrega de 05 (cinco) Bicicletas de Ciclismo *Indoor (Spinning)* na Rua Olegário Paiva, 33 – Shangai, CEP 08780-040, na seção de Logística e Patrimônio.

**4.4.3.** A entrega engloba, obrigatoriamente, a montagem técnica completa e especializada dos equipamentos. A Contratada será integralmente responsável por descarregar, desembalar, montar, lubrificar, calibrar e testar o pleno funcionamento mecânico e eletrônico de todos os aparelhos nos locais exatos indicados pela Administração (Salas de Condicionamento Físico), entregando-os limpos e em perfeitas condições de uso imediato (*turn-key*).

#### **4.5. Prescrições Diversas**

**4.5.1.** Fica expressamente estabelecido que a descrição simplificada do item gerada automaticamente pelo sistema de compras governamentais (CATMAT/SIASG) constitui mera referência padronizada do portal de

compras. Em caso de qualquer divergência ou omissão interpretativa, prevalecerá rigorosamente a descrição integral, detalhada e exaustiva do objeto, com todas as suas exigências de alto rendimento, conforme fixado no corpo deste Termo de Referência.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. A entrega será realizada de forma única e concomitante, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento (Nota de Empenho) e respectiva assinatura do Contrato.

**5.1.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.1.2.** As unidades do **Item 1 – Esteira Ergométrica Profissional** e do **Item 2 – Cadeira Extensora e Flexora Conjugada Profissional** deverão ser distribuídas e entregues obrigatoriamente nos seguintes endereços operacionais das subunidades:

- **Em Itaquaquecetuba/SP:** 01 (uma) Esteira e 01 (uma) Cadeira Conjugada na Rua Ali Hamoud, 162 – Jardim Alpes de Itaquá, CEP 08588-630;
- **Em Ferraz de Vasconcelos/SP:** 01 (uma) Esteira e 01 (uma) Cadeira Conjugada na Av. Herman Teles Ribeiro, 93 – Vila Romanópolis, CEP 08529-100.

**5.1.3.** O lote de **05 (cinco) unidades do Item 2 – Bicicleta de Ciclismo Indoor (Spinning) Profissional** deverá ser entregue integralmente na Sede do 17º Grupamento de Bombeiros, sito à Rua Olegário Paiva, 33 – Shangai – Mogi das Cruzes – SP, CEP 08780-040, na seção de Logística e Patrimônio, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 18h00min.

**5.1.4.** Os equipamentos deverão ser obrigatoriamente de fabricação recente (ano corrente ou imediatamente anterior), acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, sendo vedada a entrega de maquinário em estado de obsolescência ou descontinuado.

**5.1.5.** O Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício, avaria de transporte ou defeito no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados a partir da efetiva notificação pelo Contratante.

**5.1.6.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**5.1.7.** O custo referente às despesas de embalagem, descarregamento, seguros, transporte/frete para as três localidades, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do **fornecimento e montagem nos locais indicados será de responsabilidade integral do Contratado.**

## 6. Modelo de gestão do contrato

### Diretrizes Gerais

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Da Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O **fiscal técnico** do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 17).

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 17, inciso II).

**6.7.2.** Caberá à fiscalização técnica (ou aos seus representantes nos locais de destino) a verificação física da entrega, montagem, testes de funcionamento e conformidade dos equipamentos nos 03 (três) polos logísticos distintos definidos neste Termo (Sede em Mogi das Cruzes e Subunidades de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos).

**6.7.3.** O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 17, inciso IV).

**6.7.4.** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

**6.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.8.** O **fiscal administrativo** do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 18, incisos II e III).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 18, inciso IV).

**6.8.2.** Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

## **Gestor do Contrato**

**6.9.** O **gestor do contrato** exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto Estadual nº 68.220/2023, inciso III do art. 2º).

**6.10.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 16, inciso IX).

**6.11.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 16, inciso VI).

**6.12.** O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 16, inciso VIII).

**6.13.** O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 68.220/2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

**6.14.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

**7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.6.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**7.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.9.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.12.** A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.13.** Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.15.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

**7.17.** O pagamento **será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

**7.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

**7.19. O pagamento será realizado** por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado **no Banco do Brasil S/A**.

**7.19.1.** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

**7.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.21.** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

**7.21.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, **não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime**. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Forma de fornecimento**

## 8.2. O fornecimento do objeto será **integral**

### Exigências de habilitação

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

**8.4.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**8.5. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.6. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.7. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.10. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.12. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.13. Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do [artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#).

**8.14. Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 \(artigos 15 a 17 e 146\). \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

**8.15.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

**8.16.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.17.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.18.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.19.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**8.20.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.21.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.22.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.23.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.24.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.25.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua **contratação** (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023) ou de sociedade simples;

**8.26.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**8.26.1.** Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

**8.27.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**8.27.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.27.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da **contratação direta** deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.27.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.27.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.28.** Caso o fornecedor interessado apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da contratação.

**8.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da **contratação direta** deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Outras comprovações**

**8.30.** Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

**8.31.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.32.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.33.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**8.34.** Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

**8.35.** Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.36.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**8.37.** Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 146.509,97

**9.1.** O custo total da contratação é de **R\$ 146.509,97 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e nove reais e noventa e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima (item 1.).

## 10. Adequação orçamentária

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

**10.2.** No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Unidade Gestora Executora 180380 - 17º Grupamento de Bombeiros;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180512;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO OTAVIO BARELLI**

Autoridade competente

**CAETH VICTORIA DOS SANTOS**

Responsável pela contratação direta

**EDUARDO FEITAL DE CARLO**

Membro da comissão de contratação

## ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)

**Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00239529/2026-95

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação tem por objetivo aparelhar, estruturar e modernizar as Salas de Condicionamento Físico localizadas nas Estações de Bombeiros de Itaquaquecetuba/SP, Ferraz de Vasconcelos/SP e na Sede do 17º GB em Mogi das Cruzes/SP.

**2.1. Do Problema a ser Resolvido e do Interesse Público:**

**2.1.1.** A presente contratação visa sanar a obsolescência e a escassez de equipamentos nas **Salas** de Condicionamento Físico do 17º Grupamento de Bombeiros. Atualmente, as subunidades **não dispõem** de maquinário ergométrico e de musculação com características estritamente profissionais que suportem a alta rotatividade de uso da tropa operacional.

**2.1.2.** A atividade-fim da corporação (combate a incêndios, salvamento terrestre, aquático, em altura e atendimento pré-hospitalar) exige do bombeiro militar vigor físico extremo e resistência biomecânica. O interesse público é diretamente atendido ao garantir que os agentes públicos estejam em perfeitas condições de saúde e capacidade atlética para realizar resgates complexos, reduzindo o tempo-resposta e preservando vidas.

**2.2. Dos Objetivos Estratégicos da Aquisição:**

**2.2.1.** Manutenção da Prontidão Operacional: Viabilizar a execução do Treinamento Físico Militar (TFM) obrigatório diário dentro do próprio quartelamento. Isso assegura que a prontidão de serviço permaneça baseada no quartel, pronta para acionamento imediato via rádio, eliminando o risco de atrasos por deslocamentos para academias externas.

**2.2.2.** Saúde Ocupacional e Redução de Absenteísmo: Promover o fortalecimento muscular direcionado (membros inferiores e core), essencial para suportar o peso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e ferramentas pesadas (como desencarceradores hidráulicos). A ação reduz o índice de lesões laborais, dores crônicas e consequentes afastamentos médicos (licenças de saúde).

**2.2.3.** Preparação para o Teste de Aptidão Física (TAF): Disponibilizar infraestrutura adequada e biomecanicamente segura para que todo o efetivo possa se preparar para o TAF anual e obrigatório da instituição, além de servir como ferramenta de apoio à reabilitação física de militares lesionados.

**2.3.** Em suma, a estruturação **destes espaços** com maquinário durável, projetado para suportar a alta rotatividade e o uso intenso inerentes ao regime de plantões contínuos, atende diretamente ao interesse público, assegurando que o efetivo mantenha a higidez física exigida para prestar um serviço de resgate e salvamento de excelência à sociedade.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Logística e Patrimônio	1º Ten André (Chefe da Seção)

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos Técnicos e de Qualidade do Objeto:

**4.1.1. Padrão Profissional e de Primeiro Uso:** Todos os equipamentos ofertados deverão ser obrigatoriamente novos (de primeiro uso) e classificados pelos seus respectivos fabricantes como de "linha profissional" / alto tráfego (*Heavy Duty*). Fica expressamente vedado o fornecimento de equipamentos de linha residencial, semiprofissional (*Light Commercial*), reconicionados, recauchutados ou de mostruário.

**4.1.2. Robustez e Capacidade de Carga:** Devido ao biótipo diversificado dos militares e ao peso adicional de eventuais treinamentos com sobrecarga de EPIs, os equipamentos devem possuir alta capacidade de suporte estrutural (mínimo de 180 kg para esteiras e 150 kg para as bicicletas de spinning ) e estabilidade biomecânica (máquina conjugada modelo *Heavy Duty* com peso montado robusto de no mínimo 220 kg para evitar tombamentos ).

**4.1.3. Segurança Elétrica e Mecânica:** Os equipamentos motorizados (esteiras) devem operar com Motor de Corrente Alternada (AC) com potência mínima contínua de 3.0 HP, suportando horas ininterruptas de uso sem superaquecimento. Ademais, devem atender às normas da ABNT quanto a plugues e tomadas (NBR 14136) e possuir carenagens de proteção em todas as partes móveis (polias, carenagens, cabos e correias) para mitigar integralmente o risco de acidentes físicos durante o uso coletivo.

#### 4.2. Requisitos de Entrega e Instalação:

**4.2.1. Locais e Prazos:** A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do efetivo recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato. As entregas deverão seguir rigorosamente a divisão geográfica estabelecida, ocorrendo em dias úteis e horário de expediente regular:

- a) Estação de Bombeiros de Itaquapecetuba/SP (01 Esteira e 01 Cadeira Conjugada);
- b) Estação de Bombeiros de Ferraz de Vasconcelos/SP (01 Esteira e 01 Cadeira Conjugada);
- c) Polo Mogi das Cruzes/SP - Sede do 17º GB (05 Bicicletas de Spinning).

**4.2.2. Montagem Inclusa (Solução Completa):** A contratação não se resume à mera entrega de caixas (logística de balcão). A Contratada será integralmente responsável por descarregar, desembalar, montar, lubrificar, calibrar e testar o pleno funcionamento mecânico e eletrônico de todos os aparelhos nos locais exatos indicados pela Administração (Salas de Condicionamento Físico), entregando-os limpos e em perfeitas condições de uso imediato (*turn-key*).

#### 4.3. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

**4.3.1. Garantia Estendida (Mitigação de Riscos):** Para assegurar a durabilidade do bem público e evitar custos com manutenção corretiva a curto prazo, exige-se prazo de garantia contratual emitido diretamente pelo fabricante, contados a partir do Recebimento Definitivo:

- a) Mínimo de 5 (cinco) anos para o motor e chassi estrutural da esteira ergométrica;
- b) Mínimo de 3 (três) anos para o chassi estrutural (soldas e integridade do aço) da máquina conjugada e da bicicleta de spinning;



c) Mínimo de 12 (doze) meses para componentes eletrônicos, placas, painéis e peças de desgaste natural (estofados, cabos de aço, correias, lona, roldanas e rolamentos) de todos os itens.

**4.3.2. Rede de Atendimento e SLA:** A licitante vencedora deverá comprovar formalmente a existência de postos de assistência técnica autorizada pelo fabricante localizados dentro de um **raio máximo de 100 km** da sede da contratante. Em caso de vício ou defeito apresentado, a assistência técnica deverá realizar o primeiro atendimento *in loco* (visita técnica para diagnóstico e reparo) no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas úteis** após a notificação oficial, sem qualquer ônus de peças originais, mão de obra, frete ou deslocamento para a Administração.

#### **4.4. Requisitos de Sustentabilidade (Art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021):**

**4.4.1. Descarte de Resíduos:** A Contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado ou reciclagem de todas as embalagens (caixas de papelão, plásticos bolha, isopor, fitas de arquear e paletes de madeira) geradas durante o processo de logística, entrega e montagem, em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**4.4.2. Eficiência Energética:** O equipamento motorizado (esteira ergométrica) deverá possuir motorização com tecnologia de Corrente Alternada (AC) acoplada a inversores de frequência, assegurando um alto índice de eficiência energética e mitigando o consumo excessivo de energia elétrica nas instalações da Organização.

### **5. Levantamento de Mercado**

#### **5.1. Análise das Alternativas Possíveis no Mercado:**

**5.1.1.** Durante a fase de planejamento, a equipe de contratação procedeu à prospecção do mercado de *fitness* e condicionamento físico para identificar as soluções disponíveis que pudessem sanar o problema relatado. Foram mapeadas três alternativas principais:

**Alternativa A:** Aquisição de equipamentos de linha residencial ou semiprofissional (baixo custo de aquisição inicial).

**Alternativa B:** Locação de equipamentos profissionais com manutenção inclusa no pacote (*Fitness as a Service*).

**Alternativa C:** Aquisição de equipamentos de linha estritamente profissional com exigência de garantia estendida de fábrica (**Solução Adotada**).

#### **5.2. Avaliação da Alternativa A**

**5.2.1. Inviabilidade Técnica e Econômica:** Embora apresente o menor valor de face para empenho imediato, equipamentos residenciais são projetados para uso de poucas horas semanais por um número limitado de pessoas.

**5.2.2.** Em um ambiente de aquartelamento operacional com sistema de plantões, o maquinário é submetido a estresse contínuo e uso intensivo por militares de diversos pesos e biótipos. A adoção dessa alternativa acarretaria quebras prematuras, invalidação das garantias de fábrica (por desvio de finalidade de uso) e rápido sucateamento do bem público, ferindo o princípio da economicidade ao longo do ciclo de vida do objeto.

**(Aquisição de Linha Residencial/Semiprofissional):**

#### **5.3. Avaliação da Alternativa B (Locação de Equipamentos / *Fitness as a Service*):**

**5.3.1. Análise do Custo Total de Propriedade (*Total Cost of Ownership* - TCO):** A locação é uma tendência de mercado vantajosa para grandes complexos (dezenas de máquinas), pois terceiriza o risco de obsolescência e os custos de manutenção preventiva/corretiva.

**5.3.2. Desvantagem para o Escopo Atual:** Considerando o escopo restrito deste projeto — limitado ao fornecimento de **09 (nove) aparelhos no total** distribuídos por **03 (três) polos operacionais distintos** — e a limitação de orçamento contínuo da unidade, as taxas mensais de locação diluídas ao longo de um horizonte de 5 a 10 anos superariam consideravelmente o valor de aquisição patrimonial. Além disso, criaria uma dependência de renovação contratual constante sob pena de retirada dos equipamentos, comprometendo a continuidade do Treinamento Físico Militar (TFM).

#### **5.4. Avaliação da Alternativa C (Aquisição de Linha Profissional com Garantia Estendida) - SOLUÇÃO ADOTADA:**

**5.4.1. Melhor Custo-Benefício:** A aquisição de linha *Heavy Duty* e motores de Corrente Alternada (AC) exige um investimento inicial maior, porém assegura a robustez necessária para o ambiente corporativo militar. A durabilidade superior de equipamentos estruturados em aço carbono de alta espessura dilui o custo ao longo de um extenso ciclo de vida (superior a 10 anos, se bem conservados).

**5.4.2. Mitigação de Riscos via Garantia:** Ao inserir no Termo de Referência a exigência mercadológica de garantias estendidas (05 anos para motor e chassi das esteiras e 03 anos para o chassi dos demais aparelhos), a Administração neutraliza o principal passivo da aquisição patrimonial, que seria o custo com manutenção corretiva nos anos iniciais de maior depreciação mecânica.

**5.4.3. Conclusão da Escolha:** Diante do exposto, a Alternativa C consagra-se como a única capaz de atender, de forma segura e duradoura, às necessidades do 17º Grupamento de Bombeiros, alinhando-se perfeitamente aos preceitos de qualidade, padronização e otimização do ciclo de vida do objeto, em estrita conformidade com o art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. Descrição da solução como um todo**

### **6.1. Do Objeto Principal:**

**6.1.1.** A solução principal consiste na aquisição patrimonial de **09 (nove) equipamentos** de condicionamento físico de padrão estritamente profissional, dimensionados para suportar o uso intenso e o biótipo diversificado da tropa em ambiente institucional.

**6.1.2.** O escopo material contempla:

**a)** 02 (duas) Esteiras Ergométricas profissionais (motor de corrente alternada - AC, capacidade de carga mínima de 180 kg);

**b)** 02 (duas) Máquinas de Musculação Extensora e Flexora Conjugadas (linha *Heavy Duty*, torre de pesos mínima de 100 kg, peso montado mínimo de 220 kg); e

**c)** 05 (cinco) Bicicletas Ergonômicas de Ciclismo Indoor / Spinning profissionais (transmissão por correia, roda de inércia mínima de 15 kg, canotes em alumínio ou inox e capacidade para no mínimo 150 kg).

### **6.2. Dos Serviços Agregados (Logística e Instalação):**

**6.2.1.** A solução global abrange, indissociavelmente, a prestação dos serviços de entrega e montagem (*turn-key*). Estão inclusos no valor total estimado todos os custos relativos a frete, descarregamento, transbordo, desembalagem, recolhimento de resíduos (embalagens e paletes) e montagem física das estruturas.

**6.2.2.** Inclui-se também a calibração mecânica e eletrônica, bem como a realização de testes práticos de funcionamento, garantindo que os equipamentos sejam entregues **nas Salas de Condicionamento Físico das subunidades e da Sede do 17º Grupamento de Bombeiros** em estado de uso imediato e seguro.

### **6.3. Da Cobertura de Garantia e Pós-Venda:**

**6.3.1.** A solução contempla o suporte de pós-venda estruturado para mitigar riscos de inoperância das máquinas. A contratada deverá fornecer garantia estendida de fábrica contra vícios e defeitos de fabricação , contada a partir do Recebimento Definitivo : 05 (cinco) anos para motor e chassi estrutural das esteiras; 03 (três) anos para os chassis estruturais das máquinas conjugadas e bicicletas de spinning ; e 12 (doze) meses para peças de desgaste natural, painéis e componentes eletrônicos.

**6.3.2.** Integra a solução a obrigação de comprovar a existência de rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante em um raio de até 100 km da sede da contratante. Essa rede deve ser capaz de promover o atendimento *in loco* (visita técnica para diagnóstico e reparo) no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas úteis** após a notificação oficial , arcando integralmente com peças originais, mão de obra, frete e deslocamento.

#### **6.4. Dos Entregáveis Documentais:**

**6.4.1.** Juntamente com a entrega física, a solução exige o repasse de todo o acervo documental necessário para a correta operação e conservação do patrimônio.

**6.4.2.** A Contratada deverá entregar os manuais de instrução, operação e manutenção preventiva de cada modelo de equipamento , redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa , além dos certificados formais de garantia emitidos diretamente pelo fabricante e a relação atualizada com os contatos da assistência técnica autorizada

### **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

#### **7.1. Quantitativos Definidos**

Em estrita observância ao art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de quantidades para a presente contratação foi definida de forma proporcional à necessidade pública e à distribuição descentralizada da demanda, resultando no seguinte escopo:

**Item 01:** Esteira Ergométrica Profissional de Alto Rendimento – **02 (duas) unidades.**

**Item 02:** Cadeira Extensora e Flexora Conjugada Profissional – **02 (duas) unidades.**

**Item 03:** Bicicleta de Ciclismo Indoor (Spinning) Profissional – **05 (cinco) unidades.**

#### **7.2. Memória de Cálculo e Fundamentação da Demanda**

A definição do quantitativo exato de **09 (nove) unidades** não decorre de estimativa empírica, mas fundamenta-se em parâmetros operacionais, logísticos e de eficiência descentralizada:

- A. Logística de Distribuição e Cobertura Territorial: A modelagem dos quantitativos foi desenhada para suprir simultaneamente três frações organizacionais distintas do 17º GB. Optou-se pelo fornecimento fracionado de **01 (um) par funcional (01 esteira e 01 cadeira conjugada)** para a Estação de Bombeiros de Itaquaquecetuba /SP e **01 (um) par funcional equivalente** para a Estação de Bombeiros de Ferraz de Vasconcelos/SP. Esse arranjo garante que as subunidades operacionais recebam os mesmos recursos essenciais de treino cardiovascular e de força.
- B. Concentração de Demanda na Sede e Dinâmica do Spinning: Para o Polo de Mogi das Cruzes/SP (Sede do 17º GB), determinou-se a destinação exclusiva do lote de **05 (cinco) bicicletas de spinning**. Por concentrar o maior efetivo militar, a Seção de Logística e Patrimônio da Sede necessita de uma estrutura de treinamento cardiovascular coletivo e de baixo impacto mecânico. A disponibilização de 05 unidades simultâneas viabiliza a aplicação do Treinamento Físico Militar (TFM) em subgrupos operacionais de serviço , otimizando o tempo de instrução e evitando gargalos ou ociosidade no fluxo de treino da tropa.
- C. Redundância e Continuidade do Serviço: Nas Estações de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, a presença de equipamentos biomecanicamente robustos atua como plano de contingência local. Na Sede (Mogi das Cruzes), o lote de 05 bicicletas garante ampla margem de redundância. Caso uma das unidades necessite

ser inativada temporariamente para manutenção preventiva ou corretiva, a Sala de Condicionamento Físico afetada não ficará totalmente desguarnecida de capacidade de treinamento físico, mitigando impactos na higidez do efetivo até o restabelecimento técnico in loco pelo prestador credenciado.

- D. Otimização dos Espaços Físicos e Layouts: O quantitativo direcionado a cada polo foi rigorosamente parametrizado em função da capacidade física de layout (planta baixa) dos recintos destinados às academias de cada aquartelamento. A distribuição respeita as normas de distanciamento mínimo de segurança (áreas de escape mecânico) entre as estruturas móveis de cada aparelho, preservando a circulação adequada e prevenindo acidentes laborais durante a execução concomitante dos exercícios.

### 7.3. Conclusão do Dimensionamento

Diante do exposto, atesta-se que o quantitativo total de **09 (nove) equipamentos** atende integralmente à demanda atual da Administração e ao plano estratégico de aparelhamento do 17º Grupamento de Bombeiros. A modelagem quantitativa apresenta-se como a medida exata da economicidade, evitando o subdimensionamento (que geraria filas e comprometeria a prontidão da tropa) e o superdimensionamento (que configuraria desperdício de recurso público e saturação física do espaço disponível nos quartéis).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 146.509,97

### 8.1. Metodologia de Pesquisa de Preços e Justificativa

Em cumprimento ao art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do valor da contratação foi apurada exclusivamente por meio de pesquisa em sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo, que refletem de forma fidedigna a realidade comercial e o valor de varejo/atacado dos equipamentos de alto rendimento. A opção por esta metodologia exclusiva, afastando-se pontualmente a utilização do Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a cotação direta com fornecedores, justifica-se pelos seguintes fatores técnicos e de gestão de riscos:

**a) Risco de Fracasso via PNCP:** Os valores constantes em bancos de preços públicos refletem, em sua maioria, o preço adjudicado após severa disputa ou em condições de extrema economia de escala (atas de registro de preços com macroquantitativos nacionais). Tais condições de mercado não se aplicam à realidade deste órgão, cuja demanda restringe-se à aquisição pontual de lotes reduzidos (variando entre 02 e 05 unidades por item). A utilização irrestrita de dados do PNCP forçaria o valor estimado para um patamar inexequível localmente, gerando alto risco de licitação deserta ou fracassada.

**b) Risco de Sobrepreço via Fornecedores:** A prática administrativa demonstra que orçamentos enviados diretamente por fornecedores para órgãos públicos isolados tendem a sofrer hiperestimativa (preços de "tabela cheia"). Utilizar tais cotações inflaria artificialmente o Preço Máximo Aceitável, prejudicando a margem de negociação na fase de lances, comprometendo a busca pela proposta mais vantajosa e exigindo um provisionamento orçamentário superior à real necessidade da Administração, ferindo o princípio da economicidade.

**c) Transparência e Realidade de Mercado:** Os sítios eletrônicos de domínio amplo (lojas oficiais das marcas e revendas especializadas) apresentam o preço real praticado pelo mercado no momento atual, garantindo uma estimativa justa, exequível e que atrai ampla competitividade sem onerar excessivamente o orçamento prévio do Estado.

### 8.2. Critério de Cálculo do Preço de Referência

Para a consolidação do Preço Máximo Aceitável, adotou-se a metodologia da Média Aritmética Simples dos valores coletados nas páginas web especializadas para cada item, devidamente documentadas (capturas de tela contendo data, hora e link de acesso) em anexo a este processo.

### 8.3. Consolidação dos Valores Estimados

O valor global estimado para a presente contratação, baseado na média dos sítios eletrônicos e em estrita consonância com o Termo de Referência, perfaz o montante de **R\$ 146.509,97 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e nove reais e noventa e sete centavos)**, conforme detalhado na planilha de composição de custos e mapa de preços anexo aos autos processuais.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1. Opção Técnica pelo Parcelamento do Objeto

Em estrita observância ao princípio do parcelamento, edificado no art. 40, § 2º, e no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133 /2021, bem como aos ditames da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Administração optou pelo parcelamento do objeto, adotando o critério de julgamento e adjudicação por **Menor Preço por Item**.

### 9.2. Fundamentação Jurídica e Técnica para a Divisão em Itens

A divisão da presente contratação em 03 (três) itens autônomos e independentes fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e de mercado:

**Item 01:** Esteira Ergométrica Profissional;

**Item 02:** Cadeira Extensora e Flexora Conjugada Profissional;

**Item 03:** Bicicleta de Ciclismo Indoor (Spinning) Profissional.

**a) Plena Divisibilidade:** Os equipamentos possuem naturezas biomecânicas distintas e não guardam qualquer dependência tecnológica, mecânica ou funcional entre si. O agrupamento forçado em lote único configuraria restrição indevida e limitaria a ampla concorrência do certame.

**b) Ampliação da Competitividade e Especialização:** O mercado *fitness* é altamente fragmentado. Agrupar os itens sob um único lote obrigaria a participação exclusiva de grandes revendedores generalistas, impedindo que fábricas ou distribuidores especializados exclusivamente em ergometria (*Cardio*) ou em maquinários de força (*Musculação*) participassem do certame. A adjudicação por item garante a máxima competitividade preconizada pela legislação vigente.

**c) Economicidade (Proposta Mais Vantajosa):** Ao permitir que as empresas cotem apenas os itens em que possuem maior *expertise*, capilaridade de assistência e margem direta de fábrica, a Administração assegura a eliminação de custos intermediários de revenda, obtendo o menor preço real para cada tipologia de equipamento.

### 9.3. Da Condição de Entrega (Parcela Única)

Ressalta-se que o parcelamento refere-se exclusivamente à modelagem da disputa na fase de lances (adjudicação por item). A execução contratual e a logística de entrega e montagem dos equipamentos adjudicados a cada licitante vencedor ocorrerão em **parcela única**. Fica expressamente vedado o fracionamento de entregas ao longo do exercício financeiro, visando a rápida disponibilização das estruturas aos polos de treinamento da corporação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### 11.1. Alinhamento ao Plano de Contratações Anual (PCA)

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada e prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) deste órgão para o exercício corrente, cumprindo rigorosamente a diretriz estabelecida no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. O registro prévio da demanda no PCA demonstra a maturidade do planejamento administrativo, assegurando a tempestividade da instrução processual e a adequação da despesa à Lei Orçamentária Anual (LOA).

### 11.2. Alinhamento ao Planejamento Estratégico e Metas Institucionais

A aquisição dos equipamentos profissionais de condicionamento físico (Esteiras Ergométricas, Cadeiras Conjugadas e Bicicletas de Spinning) guarda estrita consonância com o Planejamento Estratégico Institucional da Administração. A solução pretendida atende diretamente aos seguintes macro-objetivos:

**a) Valorização e Saúde:** Promoção da saúde física, qualidade de vida e bem-estar dos usuários e servidores que utilizarão os espaços nos respectivos quartéis, atuando preventivamente contra o sedentarismo e doenças ocupacionais. Isso reflete positivamente na eficiência do serviço público e na redução de absenteísmo por motivos de saúde laborais.

**b) Modernização da Infraestrutura Física:** Aparelhamento e reestruturação das salas de treinamento com maquinário de alto rendimento (*Heavy Duty*), dotado de tecnologias biomecânicas seguras e eficientes, garantindo a excelência e a prontidão na prestação do serviço de resgate e salvamento.

**c) Eficiência e Sustentabilidade Operacional:** Ao planejar a aquisição de equipamentos com tecnologia superior (como motores de corrente alternada - AC, chassi em aço pesado e transmissão por correia silenciosa) e garantias estendidas de fábrica (até 05 anos), o órgão alinha-se à meta de governança de redução do custeio com manutenções corretivas recorrentes, prestigiando o princípio da economicidade e da visão de longo prazo no ciclo de vida do patrimônio público.

### 11.3. Conclusão do Alinhamento

Constata-se, portanto, que a modelagem adotada nesta contratação não apenas atende a uma necessidade material pontual da Sede em Mogi das Cruzes, mas funciona como um instrumento tático descentralizado para o atingimento das finalidades estratégicas de todo o 17º Grupamento de Bombeiros, englobando as Estações de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos. A solução apresenta-se em plena conformidade com a governança pública e com o rigor de planejamento exigido pelo marco legal das licitações.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Resultados Pretendidos (Art. 18, § 1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

A aquisição do maquinário profissional de condicionamento físico trará resultados diretos e mensuráveis para a Administração Pública, gerando valor público nas esferas econômica, operacional e social, destacando-se os seguintes benefícios:

**a) Economicidade e Otimização do Ciclo de Vida (Visão de Longo Prazo):** Ao especificar equipamentos de alto rendimento (*Heavy Duty*) — como esteiras com motores de Corrente Alternada (AC) e bicicletas com tração por correia —, a Administração afasta o risco de aquisição de bens frágeis que geram manutenções corretivas frequentes. A exigência de garantias estendidas de fábrica (de 03 a 05 anos para estruturas e motores) assegura a proteção do patrimônio público, blindando o orçamento do órgão contra gastos imprevistos a curto e médio prazo.

**b) Eficiência Espacial e Operacional:** A opção por equipamentos estratégicos, em especial a Cadeira Extensora e Flexora Conjugada (dupla função), representa uma excelente prática de gestão de espaço físico. O órgão consegue fornecer o treinamento de dois grupos musculares distintos ocupando a área de apenas uma máquina, o que otimiza a planta do recinto e reduz o custo de aquisição (comprando um maquinário ao invés de dois separados).

**c) Segurança Biomecânica e Mitigação de Riscos Físicos:** A exigência de parâmetros técnicos rígidos (esteiras com 08 pontos de amortecimento , chassis pesados e suporte para usuários de até 180 kg ) garante a integridade física dos servidores operacionais. A contratação de maquinário profissional reduz drasticamente a probabilidade de acidentes e lesões articulares , mitigando o risco de interrupções nas escalas por motivos médicos.

**d) Continuidade e Qualidade do Serviço Público:** Com a distribuição estratégica do lote total e a exigência de assistência técnica em um raio de até 100 km (com atendimento *in loco* em até 72 horas úteis) , o órgão assegura a continuidade operacional dos polos de treinamento. Isso elimina a ociosidade por quebras prolongadas, evita longas filas de espera para a utilização dos aparelhos e impede interrupções no cronograma de saúde física da tropa.

**e) Fomento à Saúde e Bem-Estar:** Em âmbito institucional, a modernização dos espaços com equipamentos de ponta atua diretamente na promoção da saúde preventiva e na manutenção do condicionamento físico da tropa. Isso reflete na melhoria da qualidade de vida dos usuários e atua diretamente na prontidão para o Teste de Aptidão Física (TAF) , reduzindo o absenteísmo por doenças laborais ou associadas ao desgaste da função.

## 12.2. Conclusão dos Benefícios

Fica demonstrado que os custos envolvidos na aquisição dos **09 (nove) equipamentos** encontram-se plenamente justificados pela magnitude dos resultados almejados. A contratação transcende a simples reposição patrimonial, configurando-se como um investimento eficiente em infraestrutura descentralizada, com alto retorno em durabilidade, segurança e saúde operacional.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1. Diretrizes Gerais de Sustentabilidade

Em conformidade com o art. 5º e o art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 , a presente contratação foi planejada sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Embora a aquisição de equipamentos de condicionamento físico não gere impactos ambientais diretos de grande magnitude durante sua operação rotineira , foram identificados impactos indiretos e operacionais , para os quais a Administração estabeleceu rigorosas medidas mitigadoras.

### 14.2. Impactos Identificados e Medidas de Mitigação

A execução do contrato e o ciclo de vida dos bens abrangem os seguintes aspectos ambientais:

#### a) Geração de Resíduos Sólidos (Embalagens):

**Impacto:** A entrega de maquinário de grande porte (como as esteiras e cadeiras conjugadas) envolve a geração de um volume considerável de resíduos de embalagem (paletes de madeira, plásticos bolha, isopor, fitas de arquear e papelão).

**Medida Mitigadora:** O Termo de Referência exige que a empresa contratada seja integralmente responsável pelo recolhimento e destinação final ecologicamente adequada de todos os resíduos gerados durante a entrega e montagem dos equipamentos, em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 /2010).

#### b) Consumo de Energia Elétrica:

**Impacto:** As esteiras ergométricas profissionais demandam consumo contínuo de energia elétrica para a tração do motor e alimentação do painel eletrônico.

**Medida Mitigadora:** A especificação técnica exigiu a utilização de Motores de Corrente Alternada (AC). Além da maior durabilidade mecânica, esses motores operam com inversores de frequência que otimizam o torque e o consumo de energia, garantindo maior eficiência energética para as instalações. (As bicicletas de spinning e as cadeiras conjugadas possuem funcionamento 100% mecânico, com impacto energético nulo).

#### **c) Poluição Sonora (Impacto Acústico):**

**Impacto:** A operação de equipamentos de academia pode gerar ruídos mecânicos que causem desconforto ambiental no recinto.

**Medida Mitigadora:** O risco foi mitigado na própria especificação técnica ao proibir a transmissão por corrente nas bicicletas (exigindo transmissão por correia silenciosa) e ao exigir sistema de amortecimento de impacto de, no mínimo, 08 (oito) pontos nas esteiras, reduzindo drasticamente a dissipação de ruídos de impacto e atrito no ambiente.

#### **d) Desfazimento e Logística Reversa (Fim do Ciclo de Vida):**

**Impacto:** O descarte inadequado de equipamentos contendo placas eletrônicas e componentes metálicos no fim de sua vida útil é prejudicial ao meio ambiente.

**Medida Mitigadora:** A exigência de garantia estendida (03 a 05 anos) retarda a obsolescência precoce dos bens. Ao final do ciclo de vida útil (estimado em mais de 10 anos devido ao padrão *Heavy Duty*), os equipamentos deverão ser submetidos às regras de desfazimento do patrimônio público (leilão, doação ou logística reversa), sendo vedado o descarte em aterros comuns.

### **14.3. Conclusão da Viabilidade Ambiental**

Diante das medidas mitigadoras e dos critérios de sustentabilidade embutidos nas especificações técnicas, atesta-se que a contratação possui viabilidade ambiental plena. Os equipamentos licitados apresentam eficiência operacional, e a contratada será vinculada contratualmente às boas práticas de destinação de resíduos, resguardando o meio ambiente urbano dos municípios de **Mogi das Cruzes/SP, Itaquaquecetuba/SP e Ferraz de Vasconcelos/SP**.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Em estrito cumprimento ao art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento declara que a presente contratação é plenamente viável, adequada e oportuna para o atendimento da necessidade institucional deste órgão. A viabilidade sustenta-se nos seguintes pilares consolidados ao longo deste estudo:

**Viabilidade Técnica:** A padronização dos equipamentos no nível estritamente profissional (*Heavy Duty*), com exigência de motores de Corrente Alternada (AC) e garantias estruturais de até 05 (cinco) anos, garante a durabilidade e a segurança biomecânica necessárias para o uso coletivo e ininterrupto. Essa robustez atende perfeitamente à demanda descentralizada da Sede e das subunidades operacionais, mitigando riscos de falhas operacionais e custos com manutenção corretiva precoce.

**Viabilidade Econômica e Concorrencial:** A estruturação da disputa por itens (adjudicação por item) e a pesquisa de mercado baseada em canais de ampla competitividade comprovaram a existência de pluralidade de fabricantes e distribuidores capazes de atender à demanda. Os valores estimados encontram-se perfeitamente exequíveis, realistas e aderentes à realidade do mercado corrente, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa.



**Viabilidade Socioambiental:** A exigência de descarte ecologicamente correto de resíduos e embalagens, aliada à mitigação de ruídos acústicos no ambiente e à adoção de tecnologias de maior eficiência energética (inversores de frequência), atende rigorosamente às diretrizes de sustentabilidade e saúde ocupacional exigidas para as compras governamentais.

**Conclusão:** Diante do exposto, atesta-se que a solução desenhada atende integralmente aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público. Recomenda-se o regular prosseguimento do processo administrativo com a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar e a consequente remessa para a fase externa do certame.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO OTAVIO BARELLI**

Autoridade competente

**CAETH VICTORIA DOS SANTOS**

Responsável pela contratação direta

**EDUARDO FEITAL DE CARLO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:06:12.*

ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)

## Contrato 16/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	180380-ESP-17. GRUPAMENTO DE BOMBEIROS (17.GB)	CAETH VICTORIA DOS SANTOS	25/05/2026 10:20 (v 0.4)
Status	DISPONIBILIZADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI 057.00239529/2026-95

### 1. Cláusula primeira - do objeto

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**UASG 180380 – 17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS**

### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**PROCESSO SEI Nº 057.00239529/2026-95**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**CÓDIGO ÚNICO Nº \_\_\_\_\_**

**CONTRATO nº 17GB – \_\_\_\_/902/2026**

**TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CORPO DE BOMBEIROS – 17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS, CNPJ Nº 04.378.330/0023-81, ATRAVÉS DA UGE 180380, E A EMPRESA, \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, TENDO POR OBJETO O FORNECIMENTO DE \_\_\_\_\_, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA 09**

**/2026, DESTINADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar do Estado de São Paulo – Corpo de Bombeiros – **17º Grupamento de Bombeiros**, através da UGE 180380, com sede na Rua Olegário Paiva, 33, Shangai, Mogi das Cruzes – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 04.378.330/0023-81, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, inscrito no **CPF sob o nº** \_\_\_\_\_, nomeado pelo Boletim Geral nº \_\_\_\_\_, publicado em **D.O.E.** \_\_\_\_\_ portador da **identidade funcional nº** \_\_\_\_\_ no uso da competência conferida pela Legislação aplicável, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, **CNPJ:** \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, inscrito no **CPF sob o n.º** \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no **Processo nº 057.00239529/2026-95** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1.1.** O presente documento tem por objeto a **aquisição de equipamentos de condicionamento físico e musculação depadrão estritamente profissional (alto tráfego / Heavy Duty), compreendendo: Bicicleta de Spinning, Esteira Ergométrica e Cadeira Extensora**, visando atender às necessidades contínuas do 17º Grupamento de Bombeiros., conforme especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT	Quant.Total	Valor Unitário	Valor Total
1	Esteira Ergométrica Profissional - Motor AC (3.0 HP cont. / 7.0 HP pico); Vel. máx. 20 km/h; Inclín. 15%; Cap. 180 kg; 8 Amortecedores; Painel Bluetooth/Telemetria; Garantia 5 anos (motor/chassi).	615400	02	R\$ _____	R\$ _____
2	Máquina Extensora e Flexora Conjugada - Uso profissional (Heavy Duty); Torre de pesos mín. 100 kg; Peso montado mín. 220 kg; Cabos/correas de alta resistência; Garantia 3 anos (chassi).	250339	02	R\$ _____	R\$ _____
3	Bicicleta Spinning Profissional - Transmissão por correia; Roda de Inércia mín. 15 kg; Cap. 150 kg; Hastes de ajuste em alumínio /inox; Garantia 3 anos (chassi).	273348	05	R\$ _____	R\$ _____

**1.2.** O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- O termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados

**O fornecimento do objeto tem seu prazo de entrega de 60 (sessenta) DIAS, a contar da data de assinatura do envio da Nota de empenho e assinatura deste contrato.**

## 2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **180 (CENTO E OITENTA) dias contados da assinatura do contrato e envio de Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**2.1.2.** Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

**2.1.2.1.** O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

**2.1.2.2.** O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.3.** Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## 3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

**3.1.** A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## 4. Cláusula quarta - subcontratação

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. Cláusula quinta - preço

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

**5.2.** No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração,

tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **6. Cláusula sexta - pagamento**

**6.1.** O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. Cláusula sétima - reajuste**

**7.1.** Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 21//2026.

**7.2.** É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA 0,7%, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

### **8.1. São obrigações do Contratante:**

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 05 (cinco) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

**8.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**8.1.11.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

**8.2.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

**8.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. Cláusula nona - obrigações do contratado**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme solicitado no Termo de Referência;

**9.1.2.** Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

**9.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.1.4.** Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

**9.1.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

**9.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**9.1.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.1.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.1.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.1.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.1.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

**9.1.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

**9.1.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.2.** Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por

conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**9.2.1.** O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

**9.3.** O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

**9.3.1.** agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.2.** pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.3.** pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.4.** O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## **10. Cláusula décima - garantia de execução**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. Cláusula décima primeira - infrações e sanções administrativas**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**i. Advertência**, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.1.** A aplicação da sanção de multa a que se refere a alínea “b” do subitem 11.2, fundamentada no inciso II do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública pela Resolução SSP-05/2026, obedecerá estritamente às métricas e parâmetros complementares estabelecidos no Despacho Normativo Nº CCB-051/412/25 da Unidade Orçamentária Corpo de Bombeiros (UOCB), cujas regras encontram-se transcritas a seguir:

**11.2.1.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da avença.

**11.2.1.2.** A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.

**11.2.1.3.** A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa, na seguinte conformidade:

**11.2.1.3.1.** 25% (vinte e cinco por cento) calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou dos serviços não executados, diante da verificação circunstanciada do valor específico de mão-de-obra acordada na proposta ou do valor constante de cronograma físico-financeiro do trabalho que efetivamente deixou de ser executado;

**11.2.1.3.2.** 25% (vinte e cinco por cento) calculada sobre o valor do bem ou serviço, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar falhas ou defeitos, durante o período de garantia contratual.

**11.2.1.4.** O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e serviços com prazos determinados, ensejarão a aplicação das seguintes multas que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

**11.2.1.4.1.** Atraso de até 20 dias = 0,5% por dia de atraso;

**11.2.1.4.2.** Atraso de 21 até 40 dias = 0,6% por dia de atraso de todo o período.

**11.2.1.4.3.** O atraso superior a 40 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

**11.2.1.4.4.** Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

**11.2.1.4.5.** Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

**11.2.1.5.** O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento), que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

**11.2.1.6.** As multas serão aplicadas na seguinte conformidade:

**11.2.1.6.1.** Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato: 30% do valor total do ajuste diante de casos em que se verifique a necessidade de nova licitação e/ou contratação, bem como, que obrigue o chamamento das demais empresas classificadas nos respectivos processos de aquisição e/ou contratação;

**11.2.1.6.2.** Inexecução total: Multa compensatória de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total atualizado do contrato.

**11.2.1.6.3.** Inexecução parcial: Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) calculada estritamente sobre o valor financeiro correspondente à parcela das obrigações não cumpridas (materiais não entregues ou serviços não executados).

**11.2.1.6.4.** Atraso de até 20 dias: Multa moratória calculada pela multiplicação de 0,5% (meio por cento) pelo número de dias de atraso, incidindo o percentual resultante sobre o valor da parcela em atraso (obrigações não cumpridas). (Fórmula: 0,5% multiplicados pelos dias de atraso = Percentual Total. Percentual Total aplicado sobre o valor não cumprido = Valor da Multa).

**11.2.1.6.5.** Atraso de 21 a 40 dias: Multa moratória calculada pela multiplicação de 0,6% (seis décimos por cento) pelo número de dias de atraso (considerando todo o período), incidindo o percentual resultante sobre o valor da parcela em atraso (obrigações não cumpridas). (Fórmula: 0,6% multiplicados pelos dias de atraso = Percentual Total. Percentual Total aplicado sobre o valor não cumprido = Valor da Multa).

**11.2.1.6.6.** Descumprimento em serviços contínuos (critérios e condições previstas no contrato): Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, correspondente ao mês em que ocorreu a infração.

**11.2.1.7.** Nos casos de inexecução parcial, diante da inexistência de instrumento que viabilize valoração específica de determinada obrigação contratual não cumprida, aplicar-se-á multa de 5% sobre o valor da avença desde que:

**11.2.1.7.1.** O atraso para a execução ou entrega não seja superior a 40 dias;

**11.2.1.7.2.** Ausente condição legal que impeça o prosseguimento da licitação/contratação.

**11.2.1.8.** Nos casos do parágrafo anterior, o Ordenador de Despesa deverá apostilar tal circunstância no próprio processo levando-se adiante o procedimento de aplicação da multa e também o próprio contrato, mesmo que de modo postergado desde que presente o interesse público no objeto, justificando-o.

**11.2.1.9.** Quando da operação matemática baseada nos atrasos (até 20 dias ou de 21 a 40 dias) resultar valor menor que 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, dever-se-á aplicar o índice deste parágrafo sobre o valor total do ajuste para se estabelecer o montante total da multa.

**11.2.1.10.** Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis contados a partir do 1º dia útil subsequente ao recebimento da intimação.

**11.2.1.10.1.** Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

**11.2.1.10.2.** No caso de aplicação da multa, essa deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**11.2.1.11.** O **valor correspondente à multa**, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, **será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada** decorrente de execução contratual.

**11.2.1.11.1.** No caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, **o valor da multa deverá ser recolhido ao Fundo de Incentivo à Segurança Pública (FISP), CNPJ 04.491.231/0001-04, com domicílio bancário no Banco do Brasil, agência 1897-X, conta corrente 139256-5, por meio de depósito**

**identificado, no prazo de até 5 dias corridos** contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

**11.2.1.11.2. O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante o Corpo de Bombeiros, dentro do prazo de 5 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado** de São Paulo, sob pena de lançamento do cadastro da empresa infratora e a sua multa no controle da Dívida Ativa do Estado, nos termos da legislação em vigor.

**11.2.1.12.** A multa não impede a extinção unilateral do contrato por parte da Administração, tampouco a aplicação das outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**11.2.1.12.1.** A autoridade competente para aplicação da sanção de multa, após o julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, providenciará a sua imediata divulgação nos sítios eletrônicos de controle da Administração, exceção ao procedimento de inserção da infratora no sistema da Dívida Ativa do Estado, que correrá por meio do Departamento de Finanças e Patrimônio do Corpo de Bombeiros.

**11.2.1.13.** As disposições destas regras de multas aplicam-se, também, às obras, serviços ou compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**11.2.1.14.** Da aplicação destas multas caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme o disposto no artigo 166 da Lei nº 14.133/2021 e terá efeito suspensivo relativo ao ato ou à decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**11.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. Cláusula décima segunda - da extinção contratual**

**12.1.** O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.1.1.** O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.1.2.** O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.1.3.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.1.3.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

**12.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

**12.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.2.3.** Indenizações e multas.

**12.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.** Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **13. Cláusula décima terceira - dotação orçamentária**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**13.1.1.** Gestão/Unidade: 00001

**13.1.2.** Fonte de Recursos: 150010001

**13.1.3.** Programa de Trabalho: 180512

**13.1.4.** Elemento de Despesa: 449052

**13.1.6.** Nota de Empenho:

### **14. Cláusula décima quarta - dos casos omissos**

**14.1.** Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

### **15. Cláusula décima quinta - alterações**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

**15.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. Cláusula décima sexta - publicação**

**16.1.** Incumbirá ao Contratante **divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo **sítio oficial na Internet**, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

### **17. Cláusula décima sétima - foro**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes/SP para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Mogi das Cruzes, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Dirigente da UASG 180380  
CPF N° \_\_\_\_\_

---

Responsável Legal  
CPF N° \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

---

Chefe da UASG 180380  
CPF N° \_\_\_\_\_

---

Equipe de Apoio UASG 180380  
CPF N° \_\_\_\_\_

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAETH VICTORIA DOS SANTOS**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:20:23.*



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I** - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;
- II** - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III** - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- IV** - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I** - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.



**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública

**POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**UNIDADE: 17º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - UGE: 180380**

**PESQUISA DE PREÇOS Nº 17GB - 008/902/2026 (EFETUADA COM BASE NO DECRETO ESTADUAL Nº 63.316/2018)**

Nº	QUANT.	UNIDADE	ITEM		DESCRIMINAÇÃO DO MAT. OU SERV.	PREÇOS UNITÁRIOS			PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	
			COMPRAS.GOV	SIAFÍSICO		FIRMA 1	FIRMA 2	FIRMA 3		
1	2	1	623760	5889472	Esteira Ergométrica Profissional	R\$ 33.000,00	26,929,60	R\$ 34.390,00	R\$	33.695,00
						R\$ 66.000,00	R\$ 53.859,20	R\$ 68.780,00	MÉDIA DE PREÇOS - TOTAL	
									R\$	67.390,00
FIRMA	NOME DA EMPRESA				CNPJ Nº	E-MAIL	FONE			CONTATO
1	14.976.365 Daniel Felicio de Souza - ME				14.976.365/0001-60	<a href="http://www.aparelhosacademia.com.br">www.aparelhosacademia.com.br</a>				Internet
2	JESS IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS ESPORTIV				05.013.773/0001-26	<a href="http://www.kikos.com.br">www.kikos.com.br</a>				Internet
3	MAGAZINE LUIZA LTDA				47.960.950/1088-36	<a href="http://www.magazineluiza.com.br">www.magazineluiza.com.br</a>				Internet
Nº	QUANT.	UNIDADE	ITEM		DESCRIMINAÇÃO DO MAT. OU SERV.	PREÇOS UNITÁRIOS			PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	
			COMPRAS.GOV	SIAFÍSICO		FIRMA 1	FIRMA 2	FIRMA 3		
2	2	1	479577	6404707	Aparelho Extensora e Flexora	R\$ 14.310,00	R\$ 18.040,50	R\$ 12.316,50	R\$	14.889,00
						R\$ 28.620,00	R\$ 36.081,00	R\$ 24.633,00	MÉDIA DE PREÇOS - TOTAL	
									R\$	29.778,00
FIRMA	NOME DA EMPRESA				CNPJ Nº	E-MAIL	FONE			CONTATO
1	Rope Store Ltda				19.437.065/0001-27	<a href="http://www.ropestore.com.br">www.ropestore.com.br</a>				Internet
2	Casa do Fitness				31.915.974/0001-29	<a href="http://www.casadofitness.com.br">www.casadofitness.com.br</a>				Internet
3	D1 Distribuidora de Equipamentos Esportivos Ltda				18.850.116/0001-85	<a href="http://www.difitness.com.br">www.difitness.com.br</a>				Internet
Nº	QUANT.	UNIDADE	ITEM		DESCRIMINAÇÃO DO MAT. OU SERV.	PREÇOS UNITÁRIOS			PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	
			COMPRAS.GOV	SIAFÍSICO		FIRMA 1	FIRMA 2	FIRMA 3		
3	5	1	628824	4691954	Bicicleta Ergométrica	R\$ 10.481,35	R\$ 12.240,00	R\$ 9.590,00	R\$	10.770,45
						R\$ 52.406,75	R\$ 61.200,00	R\$ 47.950,00	MÉDIA DE PREÇOS - TOTAL	
									R\$	53.852,25
FIRMA	NOME DA EMPRESA				CNPJ Nº	E-MAIL	FONE			CONTATO
1	Webcontinental Ltda				08.584.116/0001-27	<a href="http://www.webcontinental.com.br">www.webcontinental.com.br</a>				Internet
2	Ergotec Fitness Equipamentos e Serviços Ltda				32.621.022/0001-65	<a href="http://www.ergotecfitness.com.br">www.ergotecfitness.com.br</a>				Internet
3	Casa do Fitness Comercio de Produtos Esportivos Digital				31.915.974/0002-00	<a href="http://www.casadofitness.com.br">www.casadofitness.com.br</a>				Internet

Mogi das Cruzes, 21 de Maio de 2026

Elaborador por:

Conferido por:

**2ºSgt PM Filho**  
**Aux. UGE 180380**

**1º Ten PM Caeth Victoria dos Santos**  
**Chefe da UGE 180380**